



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONCURSO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE JUIZ DE
DIREITO SUBSTITUTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
EDITAL Nº 61/2019 - DDP-SELEÇÃO-SCICM

JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

BLOCO UM

QUESTÕES	PONTUAÇÃO
01 a 40	4 (QUATRO) PONTOS

BLOCO DOIS

QUESTÕES	PONTUAÇÃO
41 a 70	3 (TRÊS) PONTOS

BLOCO TRÊS

QUESTÕES	PONTUAÇÃO
71 a 100	3 (TRÊS) PONTOS

ATENÇÃO: transcreva no espaço apropriado da sua FOLHA DE RESPOSTAS, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

As aves, que aqui gorjeiam, não gorjeiam como lá.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA
ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES**



DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA A REPRODUÇÃO, AINDA QUE PARCIAL, SEM A PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA FAURGS.

Nome do Candidato: _____

Inscrição nº: _____





FAURGS
Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

INSTRUÇÕES

- 1 Esta PROVA consta de **100** (cem) questões objetivas.
- 2 Caso o CADERNO DE QUESTÕES esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao fiscal da sala que o substitua.
- 3 Para cada questão objetiva, existe apenas **uma** (1) alternativa correta, a qual deverá ser assinalada na FOLHA DE RESPOSTAS.
- 4 **Não será permitido** ao candidato portar qualquer espécie de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações, exceto nos casos já previstos no Edital, bem como **qualquer espécie de relógio**, aparelho eletrônico, armas, malas, máquinas calculadoras, fones de ouvido, protetores auriculares, gravadores, *paggers*, *notebooks*, **telefones celulares**, *pen-drives*, chaves com alarmes de carro ou quaisquer aparelhos eletrônicos similares, nem utilizar véus, bonés, chapéus, gorros, lenços, aparelhos auditivos, à exceção de candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência auditiva ou que tenha solicitado atendimento especial para a realização da prova, óculos escuros, à exceção de candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência visual ou que tenha solicitado atendimento especial para a realização da prova, ou qualquer outro adereço que lhes cubra a cabeça, o pescoço, os olhos, os ouvidos, ou parte do rosto (conforme subitem 12.7 do Edital de Abertura).
- 5 **É de inteira responsabilidade do candidato comparecer ao local de prova munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, para a adequada realização de sua prova.**
- 6 Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito.
- 7 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com o Edital e/ou com as instruções contidas na folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada e/ou campo de marcação não preenchido integralmente (conforme subitem 4.5 do Edital de Abertura).
- 8 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de alguma forma, danificar sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura óptica (conforme subitem 4.6 do Edital de Abertura).
- 9 A duração da prova objetiva é de **5 (cinco) horas**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS. Ao final desse prazo, a FOLHA DE RESPOSTAS será **imediatamente** recolhida.
- 10 **O candidato somente poderá retirar-se da sala de prova 2 (duas) horas após o início. Se quiser levar o CADERNO DE QUESTÕES de prova, somente poderá retirar-se da sala 3 (três) horas após o início.**
- 11 Ao concluir a prova, o candidato deverá devolver ao fiscal da sala a FOLHA DE RESPOSTAS. Se assim não proceder, será eliminado do concurso.
- 12 A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação da prova do candidato.
- 13 Todas as proibições e orientações contidas no Edital de Abertura e neste Caderno continuam válidas até o candidato se retirar do Prédio de aplicação da prova.



LÍNGUA PORTUGUESA

Instrução: As questões 01 a 10 referem-se ao texto abaixo.

Liberdade interior e consolação

01. Preceptor e ministro de Nero, profundamente envolvido com a vida política de seu tempo, Sêneca preocupou-se em encontrar para si mesmo e para todos aqueles que lhe eram caros um modo de vida cuja tônica fosse a liberdade interior. Seu intuito foi o de espelhar em seus escritos as aspirações dos seres humanos ocupados em encontrar em sua própria vida interior uma justificção para a existência, independentemente da realidade circundante. Para tanto, Sêneca esforçou-se por mostrar que o caminho para o maior dos desafios, o autodomínio, pode ser trilhado por qualquer indivíduo. Essa é uma lição oferecida explicitamente em suas *Consolações*, mas que também pode ser encontrada ao longo de toda sua obra, marcada pela tentativa de compreender os modos como a filosofia, especialmente o estoicismo, pode auxiliar os humanos a viver de modo harmônico tanto em relação a si quanto em relação ao mundo em que habitam.

19. Essa concepção da atividade filosófica levou Sêneca a redigir três *Consolationes* (consolos ou consolações), seguindo a tradição das "consolações filosóficas": discursos, poemas, ensaios ou cartas pessoais de caráter consolatório, presentes na tradição antiga desde o século V a.C. São escritos normalmente endereçados a um amigo ou parente próximo que se encontra com um estado de espírito doloroso, em função da perda de um ente querido, de um amor não correspondido ou de alguma situação na qual a pessoa se sinta frágil, frustrada por algum contratempo que lhe escapa ao controle. Com Sêneca, esse tipo de texto, embora visando a um destinatário preciso, amplia-se, a fim de alcançar um público mais vasto. Ele nos mostra que estar preparado para um revés da sorte é o caminho mais seguro para suportá-lo.

35. Consolar, para ele, não significará meramente acolher a dor alheia, trazer alívio imediato ao sofrimento ou ao desgosto, ou suavizar experiências emocionais devastadoras. Sua lição será a de mostrar-nos que, diante de um duro golpe da sorte, é preciso que nos conformemos, não no sentido de aceitar resignada e passivamente aquilo que não podemos modificar, mas no de aprender a dar forma a nossas vidas mesmo quando nossas expectativas são frustradas. Afinal, no seu dizer, grande parte daquilo que consideramos males são, na verdade, apenas erros de julgamento a respeito das coisas, das pessoas ou das situações em que nos encontramos. Nossas dores e aflições não teriam nenhum poder sobre nós, caso fôssemos capazes de manter nossa mente tranquila, precavendo-nos contra os nossos juízos imediatos, que tomam a realidade simplesmente por aquilo que nossos olhos veem ou nossos ouvidos ouvem. Sêneca tem em mente a ataraxia estoica, um estado de imperturbabilidade emocional que em sua filosofia adquire contornos mais suaves, tornando-se algo acessível ao homem comum.

Adaptado de: Dossiê *Pra uma Vida Equilibrada* da Revista Cult, Edição 143. OLIVEIRA, Luizir. *Para uma Vida Equilibrada*. Revista Cult. São Paulo, Edição. 143, 2010. Disponível em <https://revistacult.uol.com.br/home/para-uma-vida-equilibrada/>. Acesso em 10 fev. 2020.

01. Considere as seguintes afirmações em relação à classe morfológica e à função sintática da palavra **a** no texto.

- I - A função sintática da palavra **a** (l. 21) é de adjunto adnominal.
- II - A classe morfológica da palavra **a** (l. 24) é de preposição.
- III- A classe morfológica da palavra **a** (l. 38) é de pronome demonstrativo.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

02. Considere as seguintes afirmações quanto à sintaxe de colocação do pronome pessoal oblíquo átono **se**.

- I - Na expressão **Sêneca preocupou-se** (l. 02-03), o emprego do pronome **se** na posição enclítica decorre da aplicação da regra geral da colocação pronominal segundo a norma-padrão do português.
- II - Na expressão **que se encontra** (l. 25), a próclise é justificada pela anteposição da conjunção integrante **que** ao pronome **se**.
- III- A colocação sintática de ênclise do pronome **se** na linha 31 justifica-se por estar a expressão **amplia-se** (l. 31), no referido contexto, entre vírgulas.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

03. Considere as afirmações abaixo, em relação ao emprego de letras, acentuação gráfica e hífen no texto. Pode-se afirmar, segundo o sistema oficial vigente, que

- (A) as formas gráficas **autodomínio** (l. 10) e **auto-domínio** são formas parônimas.
- (B) o plural da palavra **revés** (l. 33) não apresenta acento gráfico e constitui um parônimo da forma verbal **revezes**.
- (C) a palavra **tranquila** (l. 49) apresenta erro de grafia, deveria estar grafada como **tranqüila** a fim de se garantir a correção gramatical.
- (D) a forma verbal **veem** (l. 51) poderia ter sido grafada como **vêem**, pois o emprego do acento gráfico, neste caso, é facultativo.
- (E) a palavra **estoica** (l. 52) deveria ter sido grafada como **estóica**, sendo esta uma aplicação da mesma regra utilizada na grafia da palavra **herói**: todos os ditongos tônicos abertos são acentuados no português.

04. O texto apresenta tanto expressões conotativas quanto denotativas. Qual das expressões abaixo exemplifica uma expressão denotativa do texto?

- (A) **espelhar em seus escritos** (l. 05-06).
- (B) **as aspirações dos seres humanos** (l. 06).
- (C) **o caminho para o maior dos desafios** (l. 10).
- (D) **um amor não correspondido** (l. 27).
- (E) **um duro golpe da sorte** (l. 39).

05. Considere as seguintes afirmações sobre coerência e coesão no texto.

- I - Os pronomes demonstrativos nas expressões **todos aqueles** (l. 03-04), **Essa concepção da atividade filosófica** (l. 19) e **esse tipo de texto** (l. 30) são recursos de coesão.
- II - Há coerência quando o autor define a forma verbal **Consolar** (l. 35) no seu texto como "suavizar experiências emocionais".
- III- O autor encerra o último parágrafo, citando a expressão **imperturbabilidade emocional** (l. 52-53), sintetizando e retomando o tópico frasal do primeiro parágrafo, que é uma expansão do conceito de **liberdade interior**, já antecipado no título do texto.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

06. Considere as seguintes afirmações em relação à expressão **preocupou-se** (l. 02-03).

- I - Trata-se de verbo na voz passiva.
- II - O pronome **se**, nesta expressão, é índice indeterminador do sujeito.
- III- Esta forma verbal é um exemplo de verbo pronominal.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

07. O emprego da vírgula está corretamente justificado em qual dos exemplos abaixo?

- (A) A vírgula da linha 1 separa o adjunto adverbial antecipado.
- (B) As vírgulas que delimitam o segmento **marcada pela tentativa de compreender os modos como a filosofia** (l. 14-15) marcam uma oração subordinada adjetiva restritiva.
- (C) A vírgula da linha 8 marca uma oração subordinada substantiva.
- (D) As vírgulas que delimitam o segmento **diante de um duro golpe da sorte** (l. 38-39) marcam um apostro.
- (E) A vírgula da linha 49 marca uma oração subordinada adverbial.

08. Considere a concordância do verbo **ser** no período abaixo:

Afinal, no seu dizer, grande parte daquilo que consideramos males são, na verdade, apenas erros de julgamento a respeito das coisas, das pessoas ou das situações em que nos encontramos (l. 43-46).

É correto afirmar que o verbo **ser** está concordando com

- (A) um sujeito.
- (B) um predicativo.
- (C) com a expressão **grande parte** (l. 43-44).
- (D) com a expressão **consideramos** (l. 44).
- (E) com a expressão **males** (l. 44).

09. Qual das expressões sublinhadas abaixo é um termo regido por um antecedente nominal?

- (A) *Sêneca esforçou-se por mostrar* (l. 09).
- (B) *o autodomínio, pode ser trilhado por qualquer indivíduo* (l. 10-11).
- (C) *pode auxiliar os humanos a viver de modo harmônico* (l. 15-16).
- (D) *Ele nos mostra que estar preparado para um revés da sorte é o caminho mais seguro* (l. 32-34).
- (E) *tomam a realidade simplesmente por aquilo que nossos olhos veem* (l. 50-51).

10. Em relação aos mecanismos de coesão do texto, considere as seguintes afirmações:

- I - O pronome possessivo *seu* (l. 02) faz referência a um termo subsequente, *Sêneca* (l. 02).
- II - O pronome relativo *cuja* (l. 04) tem por antecedente a expressão *vida* (l. 04).
- III - O pronome oblíquo átono *lo* (l. 34) refere-se à expressão antecedente *o caminho* (l. 33).

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

DIREITO CIVIL

11. O Código Civil de 2002 reconhece os direitos da personalidade. Com relação ao afirmado, assinale a assertiva **INCORRETA**.

- (A) O fundamento dos direitos da personalidade é a dignidade da pessoa humana.
- (B) A personalidade jurídica é a potencialidade de adquirir direitos e/ou assumir obrigações, a capacidade jurídica é o limite dessa potencialidade.
- (C) A personalidade é dotada de atributos, permitindo identificar a pessoa, sujeito de direito, e são: o nome, o estado, o domicílio, a capacidade e a fama.
- (D) Os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- (E) Os direitos da personalidade estão sujeitos à prescrição pelo não uso.

12. No que se refere às limitações eventualmente apostas ao negócio jurídico, é correto afirmar que

- (A) a condição aposta (inserida) no negócio jurídico torna-o inválido.
- (B) a condição constitui um elemento da existência do negócio jurídico.
- (C) as *arras penitenciales*, a retrovenda, a venda a contento, o direito de preempção ou preferência constituem exemplos de condições meramente potestativas e são admitidas em direito.
- (D) o termo inicial apostado num contrato suspende o exercício e a aquisição do direito.
- (E) todos os negócios jurídicos admitem a aposição de condições.

13. De acordo com o direito civil brasileiro, é correto afirmar que

- (A) os atos-fatos jurídicos não requerem capacidade do agente e, embora sejam atos humanos, entram no mundo jurídico como simples fatos.
- (B) os atos jurídicos *stricto sensu* não requerem capacidade do agente, e produzem efeitos jurídicos independentemente de sua vontade.
- (C) o número de fatos reconhecidos como jurídicos pelo Direito é ilimitado.
- (D) os fatos ilícitos não entram no Mundo Jurídico.
- (E) o testamento não pode ser considerado um negócio jurídico por ser unilateral e produzir efeitos somente após a morte do declarante.

14. Tendo em vista o direito civil brasileiro, no que se refere aos denominados deveres anexos, incidentes nos contratos, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os deveres anexos de uma obrigação derivam exclusivamente da vontade das partes.
- (B) O contrato cria, para as partes, uma obrigação à qual elas estão sujeitas, não lhes sendo exigível o que não foi pactuado.
- (C) Ao incidir no contrato, o princípio da boa-fé objetiva determina deveres anexos de natureza obrigatória, embora não tenham sido pactuados pelas partes.
- (D) Os vocábulos *obrigação* e *dever* no plano do direito têm o mesmo significado.
- (E) A relação contratual é concebida, no plano do Código Civil de 2002, como sendo de natureza antagônica, logo, uma das partes tem direitos e a outra apenas deveres, podendo ser principais ou anexos.

15. Com relação ao direito brasileiro, no tocante aos bens reciprocamente considerados, assinale a afirmativa correta.

- (A) O acessório não é alcançado pela sorte do principal.
- (B) Parte integrante e acessório são vocábulos sinônimos.
- (C) Os frutos e produtos só podem ser objeto de negócio uma vez separados do bem principal.
- (D) O tratamento da noção de pertença no Código Civil de 2002, confirma a regra de que o acessório segue o principal.
- (E) Segundo o disposto no Código Civil de 2002, o negócio jurídico celebrado a respeito de um bem principal só abrange as pertenças se houver manifestação expressa ou tácita das partes ou decorrer de dispositivo de lei.

16. No que se refere à responsabilidade civil, de acordo com o Código Civil Brasileiro de 2002, assinale a afirmativa correta.

- (A) Abuso de direito gera responsabilidade civil fundada na culpa.
- (B) Somente os atos ilícitos geram obrigação de indenizar.
- (C) A responsabilidade civil tem como fundamento principal o risco e subsidiário a culpa.
- (D) A prática de determinados atos lícitos pode gerar Responsabilidade Civil para o agente.
- (E) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, ainda que as pessoas por ele responsáveis tenham obrigação de fazê-lo e disponham de meios para tanto.

17. Relativamente à posse, é **INCORRETO** afirmar que o Código Civil vigente

- (A) determina que, até prova contrária, a posse do imóvel faz presumir a das coisas móveis que nele estiverem.
- (B) possibilita a aquisição da posse por terceiro sem mandato, dependendo de ratificação.
- (C) permite a aquisição da posse por meio de representante da própria pessoa que aquela pretende.
- (D) não admite que atos de mera permissão ou tolerância induzam a posse.
- (E) veda ao sucessor singular unir sua posse à do antecessor, para os efeitos legais.

18. Assinale a alternativa correta dentre as afirmações abaixo, tendo em consideração as disposições do Código Civil vigente a respeito da propriedade fiduciária.

- (A) Se a dívida não for paga no vencimento, o devedor tem a faculdade, como depositário, de entregar a coisa ao credor.
- (B) Impaga a dívida no vencimento, é válida a cláusula contratual que faculta ao proprietário fiduciário, por decisão unilateral, ficar com a coisa alienada em garantia.
- (C) Vencida e não paga a dívida, vendida a coisa alienada pelo credor fiduciário e sendo insuficiente o produto daí resultante para saldar a dívida e as despesas de cobrança, o devedor continuará obrigado pelo restante.
- (D) O devedor pode, com a anuência do credor, dar seu direito eventual à coisa em pagamento da dívida, somente antes do vencimento desta.
- (E) O terceiro interessado que pagar a dívida se sub-rogará de pleno direito no crédito, mas não se sub-rogará na propriedade fiduciária.

19. À luz da legislação civil vigente, considere a seguinte situação-problema.

Joana L. move contra o ex-cônjuge, Marcelo N., ação por meio da qual requer a guarda unilateral da filha comum, a menor Olívia. Para tanto, argumenta apenas que Marcelo N. renunciou tacitamente ao convívio com a menina ao contrair novas núpcias e aceitar emprego na cidade vizinha.

Tendo em conta os elementos do caso hipotético acima e que ambos os genitores estão aptos a exercer o poder familiar, o pedido de Joana L. será

- (A) procedente porque as novas núpcias do pai resultam em perda do direito dele de ter consigo a filha menor.
- (B) improcedente porque a guarda unilateral foi abolida no Direito Brasileiro.
- (C) procedente caso Marcelo N. declare ao magistrado que não deseja a guarda de Olívia.
- (D) improcedente porque, uma vez aptos a exercer o poder familiar, a guarda compartilhada se torna impositiva aos pais e melhor atende aos interesses da menor.
- (E) procedente porque a aceitação de emprego na cidade vizinha é incompatível com a guarda compartilhada.

20. Considerando o Código Civil vigente e o entendimento jurisprudencial majoritário, assinale a afirmativa correta a respeito da união estável.

- (A) É impossível, sob qualquer hipótese, o reconhecimento da união estável quando ainda vigente o casamento.
- (B) A parte poderá requerer a separação de corpos, comprovando sua necessidade, antes de mover a ação de dissolução de união estável.
- (C) É possível o reconhecimento de uniões estáveis simultâneas ou concomitantes.
- (D) A união estável poderá converter-se em casamento, mediante pedido dos companheiros ao juiz e assento no Tabelionato de Notas.
- (E) Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da separação de bens.

21. As disposições do Código Civil vigente acerca do testamento permitem afirmar que

- (A) não é aceitável que os cônjuges destinem metade do patrimônio líquido existente ao tempo da instituição para estabelecer bem de família.
- (B) não é admissível a instituição de condomínio edilício por testamento.
- (C) é vedado constituir servidão por testamento.
- (D) não é permitido reconhecer filhos havidos fora do casamento por meio de testamento.
- (E) é defeso aos pais nomear tutor aos filhos por testamento.

22. Os atos constitutivos e os estatutos dos partidos políticos serão inscritos no

- (A) Registro de Imóveis.
- (B) Registro de Títulos e Documentos.
- (C) Tabelionato de Notas.
- (D) Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
- (E) Registro de Distribuição.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

23. Assinale a afirmativa correta sobre tutela provisória.

- (A) Conforme o texto do CPC/2015, a assim chamada "tutela cautelar" pode fundamentar-se em situação de urgência ou na evidência do direito subjetivo acautelado.
- (B) A tutela da evidência e o julgamento antecipado parcial do mérito são formas de tutela provisória: em ambos os casos, a decisão judicial está baseada em cognição sumária, não faz coisa julgada e pode ser revogada a qualquer tempo.
- (C) No novo CPC, não há nenhuma previsão de cautelares típicas, podendo o juiz, em cada situação, criar a medida assecurativa que julgar mais adequada.
- (D) O novo CPC conservou a autonomia procedimental das medidas cautelares. Por isso, cuidando-se de ação cautelar antecedente, o requerente terá 15 dias (ou outro prazo maior que lhe seja concedido) para ajuizar a ação principal, devendo fazê-lo por meio de nova petição inicial.
- (E) A existência de tese jurídica firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante, aliada à probabilidade do direito e à prova documental dos seus fatos constitutivos, autoriza a formulação de pedido de tutela da evidência, o que também é cabível contra a fazenda pública.

24. Assinale a afirmativa **INCORRETA** a respeito dos recursos cíveis ordinários.

- (A) Conforme assentado pelo STJ, a propósito da interpretação do art. 1.015, *caput*, do CPC, a decisão relativa à alegação de incompetência pode ser imediatamente impugnada por agravo de instrumento, visto tratar-se de assunto urgente.
- (B) Conforme a sistemática do novo CPC, a decisão que indefere a produção de prova testemunhal deverá ser impugnada por meio de recurso de apelação ou em contrarrazões, interpostos, no prazo legal, após a prolação da sentença.
- (C) Conforme a sistemática do novo CPC, em se tratando de recurso de apelação parcial, é vedado ao Tribunal examinar questões de ordem pública, como a ilegitimidade de parte, em relação a capítulo autônomo não impugnado da sentença.
- (D) De acordo com o sistema do novo CPC e a interpretação que lhe tem conferido o STJ, devem ser impugnadas por meio de apelação tanto a decisão que julga procedente a primeira fase da ação para exigir contas quanto a decisão que julga improcedente essa ação ou que extingue o seu processo sem resolução do mérito.
- (E) A decisão que determina a correção do valor da causa e a complementação das custas iniciais não desafia agravo de instrumento nem se sujeita, imediatamente, à preclusão. Assim, no caso de procedência da demanda, pode o autor rediscutir essa questão nas contrarrazões ao apelo do réu.

25. Assinale a afirmativa correta a respeito dos recursos excepcionais.

- (A) O novo CPC consagrou o trânsito de recursos entre o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal. Assim, considerando como reflexa a ofensa à Constituição Federal afirmada no recurso extraordinário, o STF remetê-lo-á ao STJ para julgamento como recurso especial.
- (B) É cabível a interposição de recurso especial quando a decisão recorrida contrariar enunciado de súmula de tribunal superior ou de regimento interno de tribunal, bem como quando a decisão der à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído órgão colegiado do mesmo tribunal que a proferiu.
- (C) Se o acórdão do tribunal local negou provimento à apelação, aduzindo fundamentos decorrentes da legislação federal e da Constituição Federal, é viável ao prejudicado interpor apenas o recurso especial, a fim de discutir, no STJ, ofensa à lei federal, não sendo necessário o protocolo também de recurso extraordinário.
- (D) Conforme a sistemática do novo CPC, o requerimento de concessão de efeito suspensivo ao recurso especial ou recurso extraordinário deve ser formulado por meio de medida cautelar inominada, diretamente ao respectivo tribunal superior, independentemente do juízo de admissibilidade na origem.
- (E) Os recursos excepcionais não podem ser admitidos quando constatada pretensão ao reexame de provas constantes dos autos, nem quando se discutir o errôneo enquadramento jurídico do fato cuja existência já foi verificada pelo tribunal *a quo*.

26. Assinale a afirmativa correta sobre o sistema de precedentes instituído pelo novo CPC.

- (A) Os precedentes são orientações persuasivas editadas por quaisquer tribunais, podendo o juiz, em um determinado processo, deixar de apreciá-los e de segui-los, ainda quando forem invocados pela parte interessada.
- (B) Todas as manifestações e raciocínios expostos na fundamentação do acórdão são igualmente importantes e constituem precedentes, devendo ser obedecidos pelos órgãos judiciais hierarquicamente inferiores em casos futuros.
- (C) Os precedentes são vinculantes, mas o juiz pode deixar de aplicar um determinado precedente mediante demonstração de que o caso sob julgamento é essencialmente distinto do caso que ensejou a elaboração daquele precedente.
- (D) Os precedentes são normas jurídicas concretas vinculantes que decorrem do dispositivo do acórdão, juntamente com a coisa julgada, bastando, ao juiz, no momento de aplicá-los, transcrever a respectiva ementa em sua decisão.
- (E) A doutrina majoritária formada a partir do CPC/2015 tem afirmado que o precedente consiste na única interpretação correta conferida, pelo tribunal superior, a determinado texto normativo. Por isso, e em razão da segurança jurídica, o precedente pode e deve ser aplicado retroativamente a casos ocorridos antes de sua formação.

27. Assinale a afirmativa correta, levando em conta a disciplina dos procedimentos especiais no novo CPC.

- (A) Tratando-se de ações de família, o réu será citado para comparecer à audiência de mediação e conciliação, que poderá ser dispensada, a requerimento do réu, após o exame da cópia da petição inicial que instrui o respectivo mandado de citação.
- (B) O novo CPC prevê a circulação das técnicas diferenciadas que caracterizam os procedimentos especiais, mesmo que os pedidos cumulados aos quais corresponderiam diferentes procedimentos tramitem de acordo com as regras do procedimento comum.
- (C) O ajuizamento de ação monitória contra a fazenda pública só é admissível para obtenção do pagamento de quantia em dinheiro, caso em que não se aplicam as regras do CPC relativas à remessa necessária.
- (D) Na ação monitória, sendo evidente o direito do autor, o juiz expedirá mandado determinando a citação do réu para cumprir a obrigação de fazer ou não fazer, caso em que poderão ser oferecidos embargos, os quais suspenderão a eficácia do mandado até que ocorra o trânsito em julgado da sentença.
- (E) No procedimento especial da dissolução parcial de sociedades, o CPC exige a citação dos sócios e também da sociedade, cuja presença no polo passivo é necessária ainda que todos os sócios integrem a demanda.

28. Considere ter ocorrido a propositura de ação popular por Ágata e Antônia, cidadãs porto-alegrenses, contra ato da Prefeitura Municipal de Uruguaiana. A ação tem por objetivo fomentar a preservação de patrimônio artístico-cultural da cidade interiorana. Pode-se afirmar que

- (A) o litisconsórcio ativo formado é facultativo e unitário.
- (B) o litisconsórcio ativo formado é necessário e simples.
- (C) o litisconsórcio ativo formado é facultativo e simples.
- (D) o litisconsórcio ativo formado é necessário e unitário.
- (E) não há formação de litisconsórcio ativo, considerando-se a ocorrência de ilegitimidade ativa.

29. Assinale a afirmativa correta, considerando as implicações do ônus da prova, envolvendo ações de caráter patrimonial e de ordem civil.

- (A) Por ser a instrução matéria de ordem pública, apenas no curso do processo é que poderá haver convenção processual sobre o ônus da prova, sendo o negócio sujeito à prévia homologação judicial para ter eficácia.
- (B) A jurisprudência dos tribunais superiores consolidou-se no sentido de que, sendo o ônus da prova uma regra de julgamento, ele pode ser redistribuído *ex officio*, inclusive no momento da prolação da sentença.
- (C) As regras de ônus da prova são aplicáveis na ausência de prova sobre os fatos e também quando não houver prova sobre o direito local aplicável.
- (D) A distribuição dinâmica do ônus da prova não pode ser aplicada em processos que envolvam relação de consumo, tendo em vista a existência de regramento próprio para a matéria.
- (E) A decisão de saneamento e organização do processo que redistribui o ônus da prova dinamicamente (Art. 373, §1º, do CPC/2015) deve ser recorrida na apelação ou nas contrarrazões (Art. 1.009, §1º, do CPC/2015).

30. A Corte Especial do STJ, no EAREsp nº 600.811/SP, recentemente julgou questão que envolvia antiga e polêmica questão processual envolvendo o conflito de coisas julgadas. Venceu o entendimento do Relator Og. Fernandes, no sentido de que "se deve privilegiar a coisa julgada que por último se formou – enquanto não desconstituída por ação rescisória –, eis que, sendo posterior, tem o condão de suspender os efeitos da primeira decisão". Partindo do julgado e avançando sobre outras consequências do entendimento definido, qual das assertivas abaixo representa afirmação correta sobre a rescindibilidade de coisa julgada?

- (A) Independentemente do fundamento, não cabe ação rescisória contra a decisão que primeiro transitou em julgado, mesmo se desconstituída a segunda coisa julgada formada.
- (B) A decisão que transitou em julgado por último poderá ser rescindida, entre outros eventuais motivos, por violação da coisa julgada anterior.
- (C) Decisão terminativa que afirma a existência de coisa julgada anterior não será rescindível, dado que não condiz com julgamento meritório.
- (D) Na ação rescisória contra a decisão que transitou em julgado por último não é cabível o deferimento de tutela provisória.
- (E) Aplica-se o entendimento do EAREsp nº 600.811/SP, ainda que a coisa julgada tenha se formado em processos envolvendo partes distintas.

31. Assinale a afirmativa correta acerca das diferentes modalidades de ações coletivas previstas no ordenamento brasileiro.

- (A) O Mandado de Segurança Coletivo pode ser impetrado por indivíduo representando coletividade da qual seja integrante.
- (B) O Ministério Público tem legitimidade para promover a tutela coletiva de direitos individuais homogêneos, mesmo que de natureza disponível, desde que o interesse jurídico tutelado possua relevante natureza social.
- (C) Tratando-se de direitos difusos, a legitimidade ativa do Ministério Público, na ação civil pública, é concorrente e não disjuntiva.
- (D) Não é cabível ação civil pública para reparação de danos passíveis de proteção por ação popular.
- (E) A propositura de ação popular deve ser previamente autorizada pelo Ministério Público

32. Acerca do cumprimento de sentença, assinale a alternativa correta.

- (A) Enquanto a impugnação ao cumprimento de sentença estiver pendente de julgamento, em regra, admite-se a penhora de bens, mas não a realização de atos expropriatórios.
- (B) Não é cabível objeção de executividade, independentemente do fundamento, se a impugnação ao cumprimento de sentença anterior for julgada improcedente.
- (C) Em se tratando de direitos indisponíveis, o cumprimento de sentença por quantia certa pode ter início por impulso oficial, mediante a intimação do executado para que cumpra o julgado.
- (D) O prazo de cumprimento da obrigação de fazer possui natureza processual, devendo ser contado em dias úteis.
- (E) É recorrível, por agravo de instrumento, o ato judicial que determina a intimação do devedor para o pagamento de quantia certa, quando o requerimento de cumprimento de sentença não cumpre as formalidades exigidas na lei processual.

DIREITO DO CONSUMIDOR

33. Considere as afirmações abaixo, segundo a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

- I - As técnicas de interpretação do Código de Defesa do Consumidor devem levar em conta os objetivos e princípios da Política Nacional de Relações de Consumo em que se inserem, dentre outros, o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, o reconhecimento de sua vulnerabilidade no mercado de consumo, a harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e a compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica, sempre com base na boa-fé, na harmonia das relações de consumo e no equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores.
- II - Por via do conceito legal da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço, o fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.
- III- Constitui direito fundamental do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, que se dá pela obrigatoria inversão do ônus da prova a que o juiz fica vinculado e pela modificação ou revisão de cláusulas contratuais que estabeleçam, a critério do juiz, no uso de sua experiência ou prerrogativa jurisdicional de verossímil convencimento, prestações desproporcionais, ou razoavelmente onerosas ao consumidor, independentemente de sua condição financeira.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

34. Considere as afirmações abaixo, segundo a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.

- I - Tendo em vista o reconhecimento, pela ordem jurídica brasileira, das peculiaridades e tradições consumeristas de cada nação, os direitos previstos no Código do Consumidor excluem a eficácia de outros eventualmente previstos em tratados ou convenções internacionais.
- II - Tendo em vista o caráter público e indisponível, os direitos do consumidor, cujo rol é taxativo, serão sempre definidos em lei ordinária.
- III- Tendo mais de um autor a ofensa, todos responderão solidariamente pela reparação dos danos previstos nas normas de consumo.
- IV - A defesa coletiva dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas será exercida quando se tratar de interesses ou direitos difusos, interesses ou direitos coletivos ou interesses ou direitos individuais homogêneos.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas I, II e III.
- (E) Apenas II, III e IV.

35. Considere as afirmações abaixo sobre direito do consumidor.

- I - Conforme súmula do Superior Tribunal de Justiça acerca dos contratos de seguro de saúde, a recusa de cobertura securitária sob a alegação de doença preexistente é ilícita se não houve a exigência de exames médicos prévios à contratação ou a demonstração de má-fé do segurado.
- II - Também com base em entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, o Código de Defesa do Consumidor é inaplicável aos empreendimentos habitacionais promovidos pelas sociedades cooperativas.
- III- Segundo o Código de Defesa do Consumidor, os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não poderão acarretar riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a prestar as informações necessárias e adequadas a seu respeito.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

36. Com relação ao campo de aplicação subjetiva do Código de Defesa do Consumidor, assinale a afirmativa correta.

- (A) De acordo com a teoria finalista, o destinatário final é o destinatário fático do produto ou serviço, ou seja, aquele que o retira do mercado e o utiliza, consome.
- (B) De acordo com a teoria maximalista, o destinatário final é o destinatário fático do produto ou serviço, ou seja, aquele que o retira do mercado e o utiliza, consome.
- (C) De acordo com a teoria maximalista, o destinatário final abrange toda coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.
- (D) Os defensores do finalismo mitigado admitem a presunção de vulnerabilidade apenas nos casos de pessoas físicas destinatárias finais dos produtos e serviços.
- (E) A noção de consumidor equiparado abrange as pessoas jurídicas que comprovem ser vulneráveis, desde que atuando fora do âmbito de sua especialidade.

37. Com relação à responsabilidade do fornecedor por vício do produto e do serviço, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem subsidiariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor.
- (B) Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por vício do produto ou do serviço.
- (C) No caso de vícios ocultos, o prazo para reclamar começa no momento em que ficar evidenciado o defeito, ou seja, o termo inicial da garantia legal fica em aberto até a descoberta do vício.
- (D) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação é de trinta dias, sendo de noventa dias no caso de vícios ocultos.
- (E) Os fornecedores respondem subsidiariamente pelos vícios de quantidade do produto sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, seu conteúdo líquido for inferior às indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou de mensagem publicitária.

38. Considere as afirmações abaixo sobre bancos de dados e cadastros de consumidores.

- I - A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele.
- II - Cabe ao órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição.
- III- É indispensável o aviso de recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

39. Depois de uma separação judicial conflituosa de um casal, a filha, uma menina de sete anos de idade, está sendo impedida de manter convívio com seu pai, por imposição da mãe, que o acusa de abusar sexualmente da filha.

O pai ingressa com ação judicial buscando alterar essa situação, no sentido de ser definida a forma de visitação a que ele teria direito.

Para uma tomada de decisão, na forma da Lei nº 13.431/2017, a pedido do Ministério Público, que o faz em ação própria, o juízo designa data para tomada do depoimento da criança (depoimento especial), no rito cautelar da antecipação de prova.

Diante desse cenário, qual das afirmativas abaixo está correta?

- (A) Não cabe, no caso em exame, a tomada do depoimento especial com o rito cautelar da antecipação de prova, eis que ele só se aplica quando a criança tiver menos de sete anos de idade.
- (B) Antes de ser designada data para tomada do depoimento especial, a criança deverá ser consultada, por técnico especializado na escuta de crianças, se concorda em prestar esse depoimento.
- (C) É cabível a tomada de depoimento especial sob o rito cautelar da antecipação de prova quando a suspeita for de abuso sexual, seja qual for a idade da criança ou adolescente.
- (D) A tomada do depoimento especial sob o rito cautelar da antecipação de prova só poderá ser realizada após a avaliação psicológica de vítima/testemunha.
- (E) Só adolescentes podem prestar o depoimento especial sob o rito cautelar da antecipação de prova.

40. Adolescente do sexo masculino, com 17 anos e seis meses de idade, sem antecedentes infracionais, respondeu a processo para apuração de ato infracional pela prática de roubo qualificado pelo emprego de arma de fogo (CP, art. 157, § 2º, inciso I) e, após regular processamento da ação, que ele respondeu em liberdade, recebeu a medida de internação (nada referindo sobre a possibilidade de atividades externas), pelo prazo inicial de um ano.

A sentença foi proferida quando o representado já tinha 18 anos e três meses de idade.

Em relação a esse caso, qual das seguintes afirmativas está correta?

- (A) Não tendo a decisão judicial autorizado a realização de atividades externas desde o início da internação, essas só poderão ser realizadas mediante posterior autorização judicial.
- (B) A decisão judicial não poderia ter fixado o prazo inicial de um ano de internação, eis que essa medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser ou não reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.
- (C) No caso apresentado, o prazo de cumprimento da medida de internação não poderá exceder a três anos.
- (D) A medida de internação não observou os parâmetros legais, pois, em casos idênticos, só poderá ser aplicada quando o infrator praticar ato infracional mediante violência e grave ameaça a pessoa e possuir antecedentes infracionais.
- (E) Tendo o representado mais de 18 anos de idade quando da aplicação da medida de internação, esta poderá ser cumprida em estabelecimento prisional de adultos.

DIREITO PENAL

41. Cinco agentes, formando uma organização criminosa, em 2007, praticaram condutas caracterizadoras do crime de lavagem de dinheiro, previsto no art. 1º da Lei nº 9.613/98. O caso veio a julgamento em 2014. Considerando a jurisprudência do STF e STJ em matéria penal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os agentes devem ser punidos pelo crime de lavagem de dinheiro, tendo como delito antecedente o delito de organização criminosa previsto na Lei nº 12.850/13.
- (B) Os agentes devem ser punidos pelo crime de lavagem de dinheiro, tendo como delito antecedente o delito de organização criminosa tal qual definido na Convenção de Palermo.
- (C) Os agentes devem ser punidos pelo crime de lavagem de dinheiro, dada a extinção do rol de delitos antecedentes com o advento da Lei nº 12.683/12.
- (D) Os agentes não devem ser punidos pelo crime de lavagem de dinheiro, por força da reserva constitucional absoluta de lei em sentido formal (CF, art. 5º, inciso XXXIX; CP, art. 1º).
- (E) Os agentes devem ser punidos pelo crime de lavagem de dinheiro, considerando-se o crime de formação de quadrilha como equiparável ao delito de organização criminosa.

42. O Diretor executivo de uma empresa agropecuária ordenou a seu subordinado que destruísse floresta considerada de preservação permanente, a fim de permitir a expansão dos negócios da empresa, alocada em área contígua. O Diretor-Presidente da empresa foi alertado de que a atividade delituosa estava em andamento, porém, diante da possibilidade de lucro dela decorrente, e mesmo podendo agir para evitar o resultado ou minorar suas consequências, permaneceu inerte. O Diretor-Presidente poderia ser responsabilizado pelo crime do art. 38 da Lei nº 9.605/98 (destruição de floresta considerada permanente), a título de:

- (A) coautoria, junto com o Diretor-executivo e seu subordinado.
- (B) omissão imprópria.
- (C) omissão própria.
- (D) autoria mediata, segundo a teoria do domínio do fato.
- (E) autoria direta ou imediata, segundo a teoria do domínio do fato.

43. Segundo o Código Penal e a doutrina, o sujeito que, por errônea representação dos fatos, crê estar diante de injusta agressão iminente e repele a suposta agressão

- (A) pratica crime impossível, agindo de forma atípica.
- (B) incorre em erro de proibição, agindo sem culpabilidade, de acordo com a teoria estrita da culpabilidade.
- (C) incorre em erro de tipo permissivo, agindo sem dolo, de acordo com a teoria estrita da culpabilidade, permanecendo a possibilidade de punição pelo crime culposos.
- (D) incorre em erro de tipo permissivo, agindo sem dolo, de acordo com a teoria limitada da culpabilidade, permanecendo a possibilidade de punição pelo crime culposos.
- (E) incorre em erro de tipo permissivo, agindo sem dolo e sem culpa, de acordo com a teoria limitada da culpabilidade.

44. Considerando a jurisprudência e o entendimento sumulado do STJ sobre a dosimetria da pena, leia as seguintes afirmativas.

- I - A afirmação de que o agente possuía plena consciência da ilicitude de sua conduta não é idônea para exasperação da pena-base, pois constitui elemento ínsito ao delito.
- II - Circunstâncias atenuantes e causas de diminuição de pena não podem conduzir à redução de pena abaixo do mínimo legal.
- III- Inquéritos policiais e ações penais em curso não podem ser considerados para exasperar a pena-base.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

45. Sobre a determinação e progressão de regime de cumprimento da pena, considerando a legislação vigente e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a afirmação correta.

- (A) O principal critério de determinação do regime inicial de cumprimento de pena é a gravidade abstrata do delito.
- (B) É vedado ao magistrado impor ao condenado regime mais gravoso do que o recomendado pelos parâmetros estabelecidos nas alíneas do § 2º do art. 33 do CP.
- (C) A prática de falta grave interrompe o prazo para a progressão de regime e para o livramento condicional.
- (D) A partir da vigência da Lei nº 13.964/2019 ("Lei Anticrime"), o apenado primário que tiver cometido o crime sem violência à pessoa ou grave ameaça poderá progredir de regime se tiver cumprido 16% (dezesseis por cento) da pena, desde que ostente boa conduta carcerária.
- (E) É obrigatória a fixação de regime prisional fechado para o início do cumprimento de pena imposta ao condenado por tráfico de drogas.

46. Empresário emitiu notas subfaturadas com a única finalidade de redução do valor devido a título de ICMS, conduta que perdurou por 7 (sete) meses. Na hipótese, em relação aos crimes de falso (falsidade ideológica) e ao crime contra a ordem tributária, aplicam-se os seguintes institutos:

- (A) Consunção e continuidade delitiva.
- (B) Subsidiariedade e concurso formal.
- (C) Especialidade e concurso material.
- (D) Concurso formal e concurso material.
- (E) Especialidade e continuidade delitiva.

47. Sobre os crimes de posse e porte ilegais de armas de fogo, considerando a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) São leis ou normas penais em branco.
- (B) São crimes de perigo abstrato.
- (C) O porte de pequena quantidade de munição desacompanhada da arma de fogo pode afastar excepcionalmente a configuração típica em razão da ausência de potencial lesivo (princípio da insignificância).
- (D) A condição de Policial Civil afasta a tipicidade da conduta daquele que, autorizado a portar ou possuir arma de fogo, não observa as imposições legais previstas no Estatuto do Desarmamento que impõem registro das armas no órgão competente.
- (E) O crime de posse ilegal de arma de fogo de uso restrito é permanente.

48. Sobre os crimes contra a propriedade e o patrimônio, considerando o direito vigente e a jurisprudência sumulada do STJ, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) O crime de extorsão consuma-se independentemente da obtenção da vantagem indevida.
- (B) Não se pode aplicar analogicamente ao furto qualificado, por concurso de agentes, a majorante do roubo.
- (C) Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e seguida da perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada.
- (D) A existência de sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou a presença de segurança no interior de estabelecimento comercial, por si só, não torna impossível a configuração do crime de furto.
- (E) Com o advento da Lei nº 13.964/19 ("Lei Anticrime"), o crime de estelionato passa a ser de ação penal de iniciativa privada.

49. Em uma sociedade por ações "A", dois executivos desenvolvem estratégia para obter importante contrato com uma sociedade de economia mista "M". Eles decidem que a maneira mais "eficiente" de o conseguir é procurar um diretor da empresa "M" e oferecer-lhe 10% do valor do contrato. O valor equivalente a essa porcentagem seria repassado a uma conta de uma empresa "fantasma", em nome de "laranja", para que depois pudesse ser reinvestido no mercado de *bitcoins*. E assim foi feito. Nesse cenário global, pode-se identificar o cometimento dos seguintes crimes:

- (A) peculato e lavagem de dinheiro.
- (B) corrupção ativa, corrupção passiva e lavagem de dinheiro.
- (C) organização criminosa, corrupção passiva e lavagem de dinheiro.
- (D) organização criminosa, corrupção ativa, corrupção passiva e lavagem de dinheiro.
- (E) organização criminosa, tráfico de influência e lavagem de dinheiro.

50. Analise as seguintes assertivas sobre crimes contra a ordem tributária e assinale a **INCORRETA**.

- (A) Não se tipifica crime material contra a ordem tributária (art. 1º, I a IV, da Lei nº 8.137/90) antes do lançamento definitivo do tributo.
- (B) A conduta de aceitar promessa de vantagem indevida, em razão de função, para deixar de lançar ou cobrar tributo se caracteriza como crime funcional contra a ordem tributária, previsto na Lei nº 8.137/90.
- (C) O parcelamento dos débitos tributários suspende a pretensão punitiva do Estado referente aos crimes previstos nos artigos 1º e 2º da Lei nº 8.137/90, desde que o pedido de parcelamento tenha sido formalizado antes do recebimento da denúncia.
- (D) Segundo o STF, a conduta de deixar de recolher ICMS descontado ou cobrado de terceiro (consumidor final) não constitui crime, se o tributo for devidamente declarado em documentação contábil e fiscal idônea.
- (E) O pagamento integral do tributo sonegado, inclusive de acessórios, extingue a punibilidade do agente, ainda que efetuado posteriormente ao recebimento da denúncia.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

51. Considere as seguintes assertivas sobre a investigação preliminar e suas correlatas medidas investigatórias.

- I - O indiciamento, ato privativo do delegado de polícia, deve se dar de modo fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, a materialidade e as suas circunstâncias.
- II - A busca pessoal independerá de mandado nas hipóteses de fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de objetos que constituam o corpo de delito ou quando determinada no curso de busca domiciliar judicialmente autorizada.
- III- Segundo a Lei nº 9.296/96, a captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos poderá ser autorizada pelo juiz, para investigação ou instrução criminal, de ofício ou a requerimento da autoridade policial ou do Ministério Público.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

52. Considerando a legislação processual penal, a abranger as garantias consagradas nos diplomas internacionais incorporados pelo Brasil, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) O acusado possui o direito a um processo sem dilações indevidas.
- (B) O acusado possui o direito ao tempo adequado à preparação de sua defesa.
- (C) O acusado possui o direito aos meios adequados à preparação de sua defesa.
- (D) O acusado possui o direito de ser comunicado, de modo genérico, da acusação formulada, sem necessidade de que essa comunicação seja pormenorizada.
- (E) O acusado, por meio de sua defesa, tem o direito de inquirir as testemunhas de acusação e de obter o comparecimento e a inquirição das testemunhas de defesa nas mesmas condições das testemunhas de acusação.

53. Considere as afirmações abaixo acerca do instituto da colaboração premiada e seus efeitos sobre o ambiente processual penal.

- I - Realizado o acordo de colaboração premiada, deve o juiz ouvir sigilosamente o colaborador, acompanhado de seu defensor, sem a presença do Ministério Público, oportunidade em que analisará, dentre outros aspectos, a voluntariedade da manifestação de vontade, especialmente nos casos em que o colaborador está ou esteve sob efeito de medidas cautelares.
- II - Tomando por fundamento apenas as declarações do colaborador, o juiz não poderá adotar medidas cautelares (reais ou pessoais), proferir sentença condenatória e nem mesmo receber a denúncia.
- III- Em todas as fases do processo, deve-se garantir ao réu delatado a oportunidade de se manifestar após o decurso do prazo concedido ao réu que o delatou.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

54. Acerca do acordo de não persecução penal, assinale a afirmativa correta, à vista do que estipula o CPP.

- (A) É cabível para crimes praticados com violência ou grave ameaça à pessoa, desde que a pena mínima cominada para a infração penal seja inferior a 4 (quatro) anos.
- (B) Pode ser proposto pelo Ministério Público ou pela autoridade policial, desde que não seja caso de arquivamento do inquérito policial.
- (C) No caso de concurso de agentes, somente pode ser proposto ao investigado que tenha sido o primeiro a confessar a prática da infração penal.
- (D) Compete ao juiz, antes de homologá-lo, analisar os pressupostos de legalidade e voluntariedade, sendo-lhe vedado, entretanto, examinar a adequação ou abusividade das condições dispostas no acordo.
- (E) No caso de recusa, por parte do Ministério Público, em propor o acordo de não persecução penal, o investigado poderá requerer a remessa dos autos a órgão superior da instituição, na forma do art. 28 do CPP.

55. Sobre as medidas cautelares previstas no Título IX do CPP, considere as seguintes afirmações.

- I - Na motivação da decretação da prisão preventiva, o juiz deverá indicar concretamente a existência de fatos novos ou contemporâneos que justifiquem a aplicação da medida adotada.
- II - O descumprimento da obrigação de revisão periódica da necessidade da manutenção da prisão preventiva sujeita o órgão emissor a consequências correccionais, porém não impacta na legalidade da medida cautelar.
- III- Aplicam-se apenas às infrações a que for cominada pena de reclusão.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas II e III.

56. Sobre as formas processuais e eventuais vícios incidentes, é **INCORRETO** afirmar

- (A) que é direito do advogado prestar assistência a seus clientes investigados durante a apuração de infrações penais, sob pena de nulidade absoluta do respectivo interrogatório ou depoimento.
- (B) que o indiciado é sujeito de direitos e dispõe de garantias, legais e constitucionais, cuja inobservância, pelos agentes do Estado, além de eventualmente induzir-lhes a responsabilidade penal por abuso de poder, pode gerar a absoluta invalidade das provas ilícitamente obtidas no curso da investigação policial.
- (C) que, nos denominados delitos empresariais, a atribuição ao acusado da condição de sócio, acionista ou administrador de sociedade empresária é fator suficiente a legitimar a formulação da acusação estatal, ensejando o juízo de recebimento da denúncia.
- (D) que, segundo o CPP, é nula a decisão, sentença ou acórdão que se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo sem explicar sua relação com a causa, bem como é nula a decisão que invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão.
- (E) que, conforme a jurisprudência do STJ, e tomando-se como exemplo a prática de um crime patrimonial, a fixação, em sentença condenatória, do valor indenizatório mínimo decorrente de infração penal (art. 387, IV, do CPP) pressupõe pedido expresso nesse sentido e a indicação de valor e prova suficiente a sustentá-lo, possibilitando ao réu o direito de defesa.

57. Sobre os recursos e as ações de impugnação no processo penal, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Conforme o STJ, o mandado de segurança é meio idôneo à atribuição de efeito suspensivo a recurso criminal interposto pelo Ministério Público.
- (B) Da decisão que rejeitar a denúncia no procedimento da Lei nº 9.099/95 caberá apelação.
- (C) A revisão criminal, que independe de capacidade postulatória, poderá ser requerida antes ou após a extinção da pena, sendo possível ao requerente formular pedido de cunho indenizatório por eventuais prejuízos sofridos.
- (D) Contra a decisão de primeiro grau que denegar a apelação caberá recurso em sentido estrito.
- (E) Contra a decisão que absolver sumariamente o réu, no procedimento comum ordinário, caberá apelação.

58. Analisando as seguintes afirmativas, assinale a correta.

- (A) Segundo o STF, a homologação de transação penal prevista no art. 76 da Lei nº 9.099/1995 faz coisa julgada material.
- (B) Conforme definiu o STF, nos crimes contra a ordem tributária, a ação penal é pública condicionada à representação fiscal para fins penais.
- (C) Segundo o STF, é lícita a prova consistente em gravação ambiental realizada por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro.
- (D) Procurador do Estado no Rio Grande do Norte (RN) foi denunciado como incurso no art. 121 do CP (homicídio doloso). A Constituição do Estado do RN assegura competir ao Tribunal de Justiça do RN (TJRN) processar e julgar procuradores do Estado por crimes comuns. Nesse contexto, o procurador deverá ser julgado pelo TJRN.
- (E) "A" apropria-se da pensão de idoso, dando a ela aplicação diversa da de sua finalidade – crime previsto no art. 102 do Estatuto do Idoso, reclusão de 1 a 4 anos e multa. "A" é denunciado por este crime. O procedimento aplicável ao caso é o ordinário.

DIREITO CONSTITUCIONAL

59. A respeito do Poder Constituinte, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) a Constituição brasileira fixa limitações materiais e circunstanciais ao poder de revisão.
- (B) a Constituição brasileira poderá ser emendada mediante proposta de três quintos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional.
- (C) a Constituição brasileira não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- (D) a Constituição brasileira poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação.
- (E) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

60. Sobre jurisdição constitucional, assinale a afirmativa correta.

- (A) Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade, dentre outros, o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados, a Mesa de Assembleia Legislativa, o Governador de Estado ou o Prefeito de Município.
- (B) Não cabe recurso da decisão do relator que indefere liminarmente petição inicial de ação direta de inconstitucionalidade.
- (C) A Lei Federal nº 9.868/1999 prevê, expressamente, a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos das declarações de constitucionalidade e de inconstitucionalidade, bem como decidir que elas só tenham eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.
- (D) Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade por omissão os legitimados à propositura da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade.
- (E) O pedido de medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade por omissão inconstitucional é vedado pela Lei Federal nº 9.868/1999.

61. O Supremo Tribunal Federal vem proferindo decisões relevantes acerca de temas como mutação constitucional e controle de constitucionalidade, redefinindo, não raras vezes, os seus limites e possibilidades. Considere as afirmações abaixo, tendo por base o posicionamento do STF acerca dessas matérias.

- I - Em sede de jurisdição constitucional abstrata, a chamada modulação de efeitos já foi excepcionalmente admitida em caso de decisão declaratória de constitucionalidade de atos normativos.
- II - O reconhecimento, com eficácia *erga omnes* e efeito vinculante, de declaração incidental de inconstitucionalidade em sede de ação direta (ADI) é vedado pelo ordenamento jurídico brasileiro, notadamente pelo artigo 52, inciso X, da Constituição do Brasil, que prevê competir ao Senado Federal a suspensão da execução de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- III - A superveniente alteração redacional de ato normativo questionado em ação direta de inconstitucionalidade não impede o julgamento dessa ação, desde que não tenha havido alteração substancial no conteúdo desse ato.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

62. Acerca do controle judicial de política pública penitenciária, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento dos recursos extraordinários (RE's) 580.252 e 592.581 e no julgamento da medida cautelar na arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) 347, fixou diretrizes jurisprudenciais, com base, notadamente, no princípio da dignidade da pessoa humana e no direito fundamental à integridade física e moral do preso. Nesse contexto, assinale a afirmativa que **NÃO** corresponde ao posicionamento exarado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

- (A) O Estado é responsável pela segurança das pessoas submetidas a encarceramento, sendo seu dever mantê-las em condições carcerárias com mínimos padrões de humanidade estabelecidos em lei, bem como ressarcir danos que daí eventualmente decorrerem.
- (B) No caso de danos a detentos em estabelecimentos carcerários, o argumento de que a indenização não elimina o problema prisional considerado globalmente não afasta o reconhecimento da violação aos direitos fundamentais do preso.
- (C) É lícito ao Poder Judiciário determinar à Administração Pública a execução de obras emergenciais em estabelecimentos prisionais para dar efetividade ao princípio da dignidade da pessoa humana e assegurar aos detentos o respeito à sua integridade física e moral, não sendo oponível à respectiva decisão o argumento da reserva do possível.
- (D) Tendo em vista a violação massiva e persistente de direitos fundamentais, decorrente da falência de políticas públicas e cuja reparação depende de medidas abrangentes de natureza normativa, administrativa e orçamentária, o sistema penitenciário nacional deve ser caracterizado como "estado de coisas inconstitucional".
- (E) Embora seja possível o reconhecimento em ADPF do "estado de coisas inconstitucional" que caracteriza o sistema penitenciário nacional, cabe ao STF apenas declará-lo (esse estado de coisas), a fim de que a Administração Pública adote as providências que entender cabíveis, sob pena de violação ao princípio da separação harmônica e funcional do poder da República.

63. Sobre a regulamentação constitucional das medidas provisórias e seu alcance tal como definido pelo Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os requisitos constitucionais de "relevância" e "urgência" podem, em caráter excepcional, ser examinados pelo Poder Judiciário sem que isso represente violação ao princípio da separação harmônica e funcional do poder da República.
- (B) É vedada a edição de medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos.
- (C) Medida provisória revoga lei anterior independentemente de sua aprovação pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.
- (D) A Constituição da República não prevê a casa legislativa federal na qual a medida provisória terá sua votação iniciada.
- (E) É vedada a edição de medida provisória sobre matéria relativa a direito eleitoral, ressalvada a regulamentação de partidos políticos.

64. Sobre o direito constitucional à educação e seus desdobramentos na Constituição da República e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) É inconstitucional a cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas.
- (B) A garantia constitucional da gratuidade de ensino impede a cobrança, por universidades públicas, de mensalidade em curso de especialização.
- (C) É constitucional o dispositivo legal que fixou o piso salarial dos professores do ensino médio com base no vencimento e não na remuneração global.
- (D) A Constituição veda qualquer espécie de ensino domiciliar que não respeite o dever de solidariedade entre a família e o Estado como núcleo principal à formação educacional das crianças, jovens e adolescentes.
- (E) As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

65. A Constituição da República e o seu intérprete oficial, o Supremo Tribunal Federal, adotam parâmetros que organizam as relações federativas (entre União, estados, Distrito Federal e municípios) no desempenho das respectivas atividades legislativas. Considere as assertivas abaixo a respeito do assunto.

- I - A superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a lei estadual no que lhe for contrária.
- II - A União não dispõe de poderes que lhe permitam transpor o âmbito das normas gerais para, com isso, invadir a esfera de competência normativa dos estados-membros, mas estes (os estados-membros), em existindo normas gerais veiculadas em leis federais, não podem ultrapassar os limites da competência meramente suplementar, sob pena de declaração de inconstitucionalidade da lei estadual que assim o fizer.
- III- Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os estados exercerão a competência legislativa plena, para atender às suas peculiaridades.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

66. Considere as afirmações abaixo, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- I - As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
- II - Os tratados e as convenções internacionais de qualquer natureza aos quais o Brasil tenha aderido por ato do Presidente da República serão equivalentes às emendas constitucionais.
- III- Cabe ao Poder Judiciário, que está obrigado a apreciar toda e qualquer lesão de direito, majorar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia.
- IV- O Poder Judiciário pode, sem que fique configurada violação ao princípio da separação dos Poderes, determinar a implementação de políticas públicas em defesa de direitos fundamentais.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) Apenas III e IV.

67. Considere as afirmações abaixo, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- I - No sistema constitucional brasileiro, a União poderá intervir apenas nos estados, no Distrito Federal e nos municípios localizados em território federal.
- II - São de observância compulsória pelos estados as hipóteses previstas na Constituição Federal para a intervenção nos seus municípios, considerando-se inconstitucionais quaisquer ampliações ou restrições desses pressupostos pelo estado-membro.
- III- O decreto de intervenção será aprovado pelo Presidente da República e conterà, face a urgência, apenas o nome do interventor nomeado, ficando as demais disposições a serem definidas em regulamento.
- IV- Tratando-se de medida excepcional, a Constituição poderá ser emendada na vigência de intervenção federal.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

68. Considere as afirmações abaixo, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil.

- I - É assegurada exclusivamente à União a participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no território nacional, plataforma continental e mar territorial.
- II - Lei complementar poderá autorizar os estados a legislar sobre questões específicas das matérias de competência legislativa privativa da União.
- III- A iniciativa de leis ordinárias e complementares, um dos modos de exercício da soberania popular, é assegurada aos cidadãos na forma e nos casos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil.
- IV- A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) Apenas III e IV.

DIREITO ELEITORAL

69. Considerando a posição do STF sobre as inelegibilidades, assinale a afirmativa correta.

- (A) A vedação ao exercício de três mandatos consecutivos de prefeito é individual, não abrangendo os demais membros do núcleo familiar.
- (B) A vedação ao exercício de três mandatos consecutivos de prefeito, embora abranja os membros do mesmo núcleo familiar, não se aplica às hipóteses de convocação do segundo colocado para o exercício de mandato-tampão.
- (C) A vedação ao exercício de três mandatos consecutivos de prefeito pelo mesmo núcleo familiar aplica-se na hipótese em que tenha havido a convocação do segundo colocado nas eleições para o exercício de mandato-tampão.
- (D) A vedação ao exercício de três mandatos consecutivos pelo mesmo núcleo familiar aplica-se ao exercício de mandatos-tampão apenas do Poder Legislativo.
- (E) A vedação ao exercício de mandatos consecutivos pelo mesmo núcleo familiar aplica-se no caso de mandatos-tampão de prefeito somente no caso deste ser o quarto mandato consecutivo.

70. No que pertine aos recursos, à composição e à competência da Justiça Eleitoral e à prestação de contas, assinale a afirmativa correta.

- (A) A discussão acerca da valoração de julgamento efetuado pelo TSE a respeito de contas do candidato pode ensejar o conhecimento de recurso extraordinário em matéria eleitoral pelo STF.
- (B) A discussão acerca da valoração de julgamento efetuado pelo TSE a respeito de contas do candidato, na jurisprudência do STF, não pode ensejar o conhecimento de recurso extraordinário em matéria eleitoral por envolver o exame de provas.
- (C) A discussão acerca da valoração de julgamento efetuado pelo TSE a respeito de contas do candidato, na jurisprudência do STF, não pode ensejar o conhecimento de recurso extraordinário, pois o STF considera que a presença de ministros do STF na composição do TSE confere caráter definitivo e irrecurável às decisões da corte eleitoral.
- (D) A discussão acerca da valoração de julgamento efetuado pelo TSE a respeito de contas do candidato, na jurisprudência do STF, não é passível de discussão em recurso extraordinário eleitoral, por envolver ofensa meramente reflexa à Constituição.
- (E) A discussão acerca da valoração de julgamento efetuado pelo TSE a respeito de contas do candidato, na jurisprudência do STF, é passível de recurso extraordinário eleitoral que, excepcionalmente, terá efeito de recurso ordinário, permitindo-se a reapreciação das provas.

DIREITO EMPRESARIAL

71. No âmbito do Direito de Empresa, é correto afirmar que

- (A) empresário exerce uma atividade "econômica", que deve ser entendida como sinônimo da busca de superávit.
- (B) as atividades intelectuais, de natureza científica, literária, artística, bem como as rurais nunca serão empresárias.
- (C) conforme o Código Civil, é obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.
- (D) as sociedades cooperativas normalmente não são empresárias, ressalvado que disponham de forma diversa nos seus atos constitutivos.
- (E) empresário exerce uma atividade "organizada", entendida como a estruturação de dois elementos apenas, a saber: mão de obra e capital.

72. Em relação às sociedades não personificadas, é correto afirmar que

- (A) são hipóteses de sociedades não personificadas a sociedade em comum, a sociedade em comandita simples e a sociedade em conta de participação.
- (B) a existência da sociedade em comum somente pode ser provada por terceiros por meio de documento escrito.
- (C) os bens e dívidas sociais não constituem patrimônio especial na sociedade em comum.
- (D) o contrato social de uma sociedade em conta de participação pode ser devidamente registrado. O registro, caso realizado, confere personalidade jurídica à sociedade.
- (E) a sociedade em conta de participação é regida, subsidiariamente, pelas regras aplicáveis à sociedade simples.

73. Em relação às assembleias gerais de credores para análise de plano de recuperação judicial, assinale a afirmação **INCORRETA**.

- (A) Caso não seja possível aprovar plano de recuperação judicial na forma do Art. 45 da Lei nº 11.101/2005, é possível a aplicação da hipótese denominada, na doutrina, "*cram down*".
- (B) Os votos em assembleias que deliberam sobre planos de recuperação judicial são computados por cabeça no caso de créditos derivados da legislação do trabalho e são computados por valor e por cabeça nos casos de credores classificados como quirogrários.
- (C) Os votos em assembleias que deliberam sobre planos de recuperação judicial são computados por cabeça no caso de créditos em que os credores sejam enquadrados como microempresas e são computados por valor e por cabeça nos casos de credores classificados como detentores de garantia real.
- (D) É atribuição do magistrado, ao homologar o plano de recuperação judicial, exercer controle de legalidade sobre o mesmo.
- (E) Somente é possível aprovar o plano de recuperação judicial por meio de *cram down* quando apenas uma das classes de credores tenha rejeitado o plano. A rejeição de duas classes ou mais impede a sua homologação, mesmo que haja o voto favorável de credores que representem mais da metade do valor de todos os créditos presentes à assembleia, independentemente de classes.

74. Em relação a títulos de crédito, é correto afirmar que

- (A) o cheque somente pode ser executado contra seu emitente, seus endossantes ou avalistas, se for comprovado o protesto ou se houver declaração do sacado em tempo hábil.
- (B) a nota promissória, a duplicata e o cheque são exemplos de títulos de crédito de modelo não vinculado. Podem, portanto, possuir forma livre, desde que constem nos respectivos títulos as expressões mencionadas nas respectivas leis de regência.
- (C) a nota promissória e o cheque não admitem a figura do aceite, mas admitem as figuras do endosso, do aval e do protesto.
- (D) a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça indica que não se admite o protesto por indicação no caso das duplicatas virtuais.
- (E) letra de câmbio, nota promissória e duplicata admitem endosso parcial, bem como aval parcial.

75. Pedro, empresário individual, celebrou com a Companhia Beta Comércio de Calçados contrato cujo objeto é arrendamento de estabelecimento empresarial, com o prazo de vigência de 10 (dez) anos. Com base nesse contexto, assinale a afirmação correta.

- (A) Segundo a legislação brasileira, o estabelecimento empresarial pode ser objeto de alienação ou arrendamento, mas não de usufruto.
- (B) A Companhia Beta deve ser representada no contrato por seu Conselho de Administração.
- (C) A sub-rogação do arrendatário nos contratos estipulados para exploração do estabelecimento depende de previsão expressa em contrato.
- (D) O contrato deveria ter sido celebrado pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, de modo que deve ser considerado ineficaz após esse período.
- (E) Durante toda a vigência do contrato de arrendamento, o arrendante não poderá realizar concorrência ao arrendatário, exceto se houver autorização expressa.

76. Sobre o capital social nas sociedades limitadas, o que é correto afirmar?

- (A) Se a sociedade limitada for unipessoal, fica dispensada a indicação do valor de capital social no documento constitutivo.
- (B) Os condôminos titulares de quota indivisa respondem solidariamente pelas prestações necessárias à sua integralização.
- (C) Os sócios são obrigados a repor à sociedade eventuais quantias distribuídas a título de lucro que venham a prejudicar o capital social, salvo se expressamente desobrigados pelo contrato social.
- (D) A fixação do valor mínimo de capital social para registro de sociedades limitadas no Brasil é realizada pelo Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI).
- (E) Salvo disposição contrária no contrato social, o aumento do capital social poderá ser aprovado por votos correspondentes a mais da metade do capital social.

77. As sociedades anônimas têm sido historicamente reconhecidas como um tipo societário propenso à captação de recursos para a consecução da atividade empresarial. O que é correto afirmar sobre o tema do financiamento societário?

- (A) A operação de resgate é vedada pela legislação brasileira em razão da proibição de negociação pela companhia com as próprias ações.
- (B) Não havendo recursos suficientes para a completa amortização de debêntures da mesma série, compete ao Conselho de Administração definir de que forma será realizado o pagamento.
- (C) Somente companhias abertas podem emitir debêntures.
- (D) Os bônus de subscrição podem ser conferidos pela companhia aos subscritores de ações ou debêntures, mas não alienados individualmente.
- (E) Perante companhias abertas, a comunhão de debenturistas é representada pelo agente fiduciário, que tem dever de proteger os direitos e interesses dos debenturistas.

78. Alienação fiduciária em garantia é o negócio pelo qual ao credor é transferida a propriedade resolúvel do bem, tornando o fiduciante seu possuidor direto e o fiduciário seu possuidor indireto. Sobre o tema, o que é correto afirmar?

- (A) Na alienação fiduciária de bens móveis, a mora decorre do simples vencimento do prazo, mas sua demonstração depende de interpelação do devedor comprovada pela assinatura de próprio punho.
- (B) A alienação fiduciária de bem imóvel poderá ser contratada por pessoa física ou jurídica, não sendo privativa das entidades que operam no Sistema de Financiamento Imobiliário.
- (C) A alienação fiduciária de bens imóveis somente poderá recair sobre a propriedade plena, sendo nulo o contrato que tenha por objeto a alienação fiduciária sobre direito real de uso.
- (D) Nos contratos que sirvam de título ao negócio fiduciário, é facultativa a indicação do valor do imóvel para fins de venda em leilão.
- (E) Uma vez ajuizada a ação de busca e apreensão de bem móvel alienado fiduciariamente, é vedada a purga da mora pelo devedor.

79. Assinale a afirmação **INCORRETA** sobre o registro e a proteção de marcas.

- (A) O registro da marca perante o INPI tem caráter constitutivo.
- (B) Marcas semelhantes podem coexistir para identificar produtos distintos e sem afinidade mercadológica, segundo o princípio da especialidade.
- (C) O registro da marca garante ao titular seu uso exclusivo em todo o território nacional.
- (D) Segundo a legislação brasileira, na indenização pelo uso indevido de marca, os lucros cessantes serão determinados pelo critério mais favorável ao prejudicado.
- (E) O pedido de prorrogação do registro de marca pode ser realizado a qualquer momento, desde que durante a sua vigência.

DIREITO TRIBUTÁRIO

80. Assinale a alternativa correta.

- (A) As taxas se fundam no regular exercício do poder de polícia ou na utilização efetiva ou potencial de serviço público indivisível.
- (B) As contribuições de melhoria têm por limite global o preço da obra pública e por limite individual o rateio do preço da obra pelo número de proprietários beneficiados.
- (C) As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico não podem ter alíquotas específicas, tendo por base unidade de medida adotada.
- (D) O fato gerador do imposto é uma situação independente de atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- (E) Tributo deve ser instituído em lei e cobrado mediante atividade administrativa discricionária.

81. O que é correto afirmar em relação ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações (ICMS)?

- (A) Não incide sobre o valor dos serviços, quando forem fornecidas mercadorias com serviços não compreendidos na competência dos municípios.
- (B) Incide sobre operações que destinem ao exterior mercadorias semielaboradas.
- (C) Incide nas prestações de serviço de comunicação na modalidade de televisão aberta, de recepção livre e gratuita.
- (D) É facultado ao Senado Federal fixar alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução aprovada pela maioria simples de seus membros.
- (E) A isenção, salvo determinação em contrário da legislação, acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores.

82. Assinale a alternativa correta.

- (A) Segundo a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça, o não pagamento de tributo constitui infração de lei, a gerar responsabilidade tributária solidária dos gerentes.
- (B) O responsável tributário em sentido estrito, nos casos do art. 134 do CTN, responde por multa por infração tributária material.
- (C) Segundo a jurisprudência atual do STJ, há presunção de dissolução irregular se a empresa deixa de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes.
- (D) A responsabilidade por infrações à legislação tributária depende da intenção do agente.
- (E) A pessoa que adquirir de outra fundo de comércio sempre responde integral e solidariamente com o alienante pelos tributos devidos.

83. Assinale a alternativa correta.

- (A) A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência de ônus financeiro demanda prova de que o chamado contribuinte de direito tenha assumido o encargo financeiro ou autorização expressa do terceiro ao qual tenha sido transferido o ônus.
- (B) A restituição de tributos pagos indevidamente demanda prévio protesto.
- (C) Quando a legislação tributária não fixar o prazo para pagamento, o vencimento do crédito tributário ocorrerá dez dias depois da data da notificação do sujeito passivo do lançamento.
- (D) Nas ações de repetição de indébito ajuizadas após a vigência da Lei Complementar nº 118/2005, o direito de pleitear a restituição de tributos pagos indevidamente extingue-se em 10 anos após o pagamento indevido (cinco anos até a homologação tácita, mais cinco anos a partir da mesma).
- (E) A exclusão do crédito tributário dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído.

84. Numere a segunda coluna de acordo com a primeira, associando os enunciados aos respectivos princípios.

- (1) Princípio da legalidade tributária
 - (2) Princípio da igualdade tributária
 - (3) Princípio da irretroatividade tributária
 - (4) Princípio da anterioridade tributária
 - (5) Princípio da proibição do confisco
- () Foi reconhecido como garantia individual pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na ADI 939-7/DF.
 - () Dá fundamento ao enunciado da Súmula 67 do Supremo Tribunal Federal (STF).
 - () Não é aplicável para a fixação da alíquota do Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
 - () Foi aplicado às multas tributárias pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na ADI 1075 MC/DF.
 - () O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu que não fora violado pela Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que instituiu o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES).

A sequência numérica correta de preenchimento dos parênteses da segunda coluna, de cima para baixo, é

- (A) 3 – 2 – 1 – 4 – 5.
- (B) 2 – 3 – 1 – 5 – 4.
- (C) 4 – 2 – 3 – 1 – 5.
- (D) 1 – 4 – 3 – 5 – 2.
- (E) 4 – 3 – 1 – 5 – 2.

85. Considere o trecho a seguir:

A Súmula 668 do Supremo Tribunal Federal (STF) enuncia que é inconstitucional a lei _____ que tenha estabelecido, antes da Emenda Constitucional 29/2000, alíquotas progressivas para o _____, salvo se destinada a assegurar o cumprimento _____. O Supremo Tribunal Federal (STF) também firmou _____ de que, declarada a inconstitucionalidade da progressividade de alíquota tributária, é devido o tributo calculado pela alíquota _____ correspondente, de acordo com _____.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- (A) municipal – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – da função social da propriedade – tese de repercussão geral – maior – o valor venal do imóvel
- (B) municipal – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - da função social da propriedade urbana – tese de repercussão geral – mínima – a destinação do imóvel
- (C) estadual – imposto sobre propriedade de veículo automotor – do princípio da capacidade contributiva – tese de repercussão geral – mínima – o valor venal do veículo
- (D) estadual – imposto de transmissão *causa mortis* – do princípio da capacidade contributiva – tese de repercussão – mínima – o valor venal dos bens
- (E) municipal – do princípio da capacidade contributiva – jurisprudência – mínima – o número de imóveis do contribuinte

86. O estatuto social de uma instituição de educação sem fins lucrativos prevê que ela poderá auferir receita decorrente da locação de imóveis. Para fins de aplicação da imunidade tributária das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, prevista pelo art. 150, VI, 'c', da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988 (CRFB/1988), é correto afirmar que o imóvel

- (A) é imune ao imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, desde que a instituição de educação sem fins lucrativos não distribua qualquer parcela de seu patrimônio ou de sua renda, a qualquer título; desde que aplique integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos sociais; e mantenha escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.
- (B) não é imune ao imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, porque o art. 150, § 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988 (CRFB/1988), e o art. 14, § 2º, do Código Tributário Nacional (CTN) dispõem que a imunidade tributária das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos compreende somente o patrimônio relacionado com as suas finalidades essenciais.
- (C) é imune ao imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, desde que a instituição de educação sem fins lucrativos não remunere seus dirigentes; desde que aplique integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos sociais; e mantenha escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.
- (D) é imune ao imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, desde que a instituição de educação sem fins lucrativos não distribua qualquer parcela de seu patrimônio ou de sua renda, a qualquer título; e desde que aplique integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos sociais.
- (E) não é imune ao imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, porque o fato de auferir receita de locação significa que ela não pode ser qualificada no conceito de instituição de educação sem fins lucrativos.

87. Considere as seguintes afirmações a respeito do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços.

- I - Cabe à lei complementar definir seus contribuintes, dispor sobre substituição tributária, disciplinar o regime de compensação do imposto, fixar a base de cálculo e instituir hipóteses de isenção.
- II - Salvo determinação em contrário da legislação, a saída da mercadoria do estabelecimento com redução da base de cálculo acarretará a anulação proporcional do crédito relativo às operações anteriores.
- III - O substituído tem direito à restituição da diferença do imposto pago a mais no regime de substituição tributária para a frente, se a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida.
- IV - Deverá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas II e IV.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

DIREITO AMBIENTAL

88. De acordo com as disposições legais sobre proteção ambiental, o que é correto afirmar acerca de Área de Preservação Permanente?

- (A) É área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos da lei, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.
- (B) É área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.
- (C) Deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados, conforme se dispuser em regulamento.
- (D) Trata-se de uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.
- (E) O proprietário ou possuidor de imóvel, pessoa natural ou jurídica, pode, por instrumento público ou particular ou por termo administrativo, limitar o uso de toda a sua propriedade ou de parte dela para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes.

89. A outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos tem por objetivo o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e a garantia do efetivo exercício dos direitos de acesso à água. No contexto normativo, qual dos usos abaixo **NÃO** está sujeito à outorga?

- (A) O lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final.
- (B) O aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.
- (C) A derivação ou captação de parcela da água de um corpo de água para consumo final, abastecimento público, ou insumo de processo produtivo.
- (D) O uso para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural.
- (E) A extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo.

90. Tendo em mente a jurisprudência sumulada no Superior Tribunal de Justiça e repercussão geral debatida no Supremo Tribunal Federal, o que é **INCORRETO** afirmar?

- (A) Admite-se a aplicação da teoria do fato consumado em tema de Direito Ambiental.
- (B) Quanto ao dano ambiental, é admitida a condenação do réu à obrigação de fazer ou de não fazer cumulada com a de indenizar.
- (C) A inversão do ônus da prova aplica-se às ações de degradação ambiental.
- (D) As obrigações ambientais possuem natureza "propter rem", sendo admissível cobrá-las do proprietário ou possuidor atual e/ou dos anteriores, à escolha do credor.
- (E) O Supremo Tribunal Federal debate em sede de repercussão geral o tema atinente à imprescritibilidade da pretensão de reparação civil de dano ambiental.

DIREITO ADMINISTRATIVO

91. Relativamente às empresas públicas e sociedades de economia mista, é correto afirmar que

- (A) estão sujeitas ao mesmo regime jurídico das autarquias, inclusive quanto aos seus direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.
- (B) terão os seus procedimentos licitatórios e contratos regidos pela Lei Federal nº 8.666 de 1993.
- (C) não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às empresas do setor privado.
- (D) terão no Conselho de Administração um representante do órgão regulador da sua área de atuação.
- (E) poderão alterar unilateralmente seus contratos, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.

92. Relativamente à Lei nº 12.846, de 2013, denominada Lei Anticorrupção, o que é correto afirmar?

- (A) A celebração do acordo de leniência reduzirá em até 2/3 (dois terços) o valor da multa aplicada.
- (B) Em razão da prática de ato tipificado como lesivo à administração pública, nacional ou estrangeira, a pessoa jurídica poderá, no processo administrativo, sofrer a pena de dissolução compulsória da pessoa jurídica.
- (C) A multa aplicável no processo administrativo é fixada no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 10% (dez por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, incluídos os tributos.
- (D) O acordo de leniência exime a pessoa jurídica do dever de reparar integralmente o dano.
- (E) Ainda que rejeitada, a proposta de acordo de leniência importará em reconhecimento da prática do ato ilícito investigado.

93. Considere as afirmações abaixo sobre as Parcerias Público-Privadas.

- I - É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).
- II - O prazo de vigência do contrato deve ser compatível com a amortização dos investimentos realizados, não podendo ser inferior a 5 (cinco) nem superior a 30 (trinta) anos, incluindo-se eventual prorrogação.
- III- Ainda que se baseie em um contrato de concessão, haverá repartição de riscos entre as partes, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

94. Considere as afirmações abaixo sobre o controle externo da Administração Pública.

- I - As decisões do Tribunal de Contas de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.
- II - O Tribunal de Contas emite parecer prévio sobre as contas de todos os administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, cabendo ao Poder Legislativo o respectivo julgamento.
- III- Compete ao Tribunal de Contas apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão, a qualquer título, na administração direta e indireta, inclusive as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

- 95.** Com relação à desapropriação, é correto afirmar que
- (A) a declaração de utilidade pública impede que o proprietário aliene o bem objeto da declaração.
 - (B) a ação de desapropriação é uma ação especial, cujo objeto diz respeito a todos os possíveis aspectos da decisão administrativa de desapropriar.
 - (C) a desapropriação por interesse social deverá efetivar-se mediante acordo, ou intentar-se judicialmente, dentro de 5 (cinco) anos contados da data da respectiva declaração.
 - (D) a fase executória da desapropriação, como instrumento que extingue a propriedade privada, não poderá ser promovida por concessionários de serviço público.
 - (E) a desapropriação poderá abranger a área contígua necessária ao desenvolvimento da obra a que se destina, e as zonas que se valorizarem extraordinariamente, em consequência da realização do serviço. Em qualquer caso, a declaração de utilidade pública deverá compreendê-las, mencionando quais as indispensáveis à execução da obra e as que se destinam à revenda.

- 96.** No processo administrativo, tem-se o artigo 54, da Lei nº 9.784, de 29/01/1999, que dispõe: "O direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé." Com base nesse dispositivo legal, quais princípios são preponderantes?
- (A) Eficiência, eficácia e efetividade.
 - (B) Segurança jurídica, proteção à confiança e boa-fé.
 - (C) Moralidade, improbidade e desvio de poder.
 - (D) Legalidade, legitimidade e continuidade dos serviços públicos.
 - (E) Impessoalidade, igualdade e isonomia.

- 97.** No tocante à responsabilidade extracontratual do Estado no Brasil, assinale a afirmativa **INCORRETA**.
- (A) Quando, juntamente com a conduta estatal, o cidadão lesado contribuir para o evento danoso, haverá compensação das responsabilidades, na medida da participação do indivíduo e do Estado, aplicando-se o princípio da proporcionalidade.
 - (B) Por responsabilidade objetiva, entende-se a desnecessidade de o lesado pela conduta estatal provar a existência de culpa do agente ou a falha na prestação do serviço.
 - (C) No direito de regresso, em que fazem parte da relação jurídica o Estado e seu agente, aplica-se a responsabilidade subjetiva, sendo necessária a caracterização do dolo ou culpa (do agente público).
 - (D) A Constituição Federal, em seu artigo 37 §6º, consagra a teoria do risco integral, com relação ao Estado, segundo a doutrina dominante.
 - (E) As pessoas jurídicas de direito privado, prestadoras de serviço público, responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, de forma primária, sendo o Estado, neste caso, responsável de forma subsidiária.

- 98.** No tocante à licitação, assinale a afirmativa **INCORRETA**.
- (A) O princípio da vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados e daqueles que participam do certame. Assim, as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos os interessados.
 - (B) A dispensa de licitação caracteriza-se pela circunstância de que, em tese, poderia o procedimento ser realizado, mas que, pela peculiaridade do caso, decidiu o legislador não o tornar obrigatório.
 - (C) A inexigibilidade caracteriza-se pela inviabilidade de competição, especialmente, nas seguintes hipóteses: fornecedor exclusivo, atividades artísticas de profissionais consagrados e serviços técnicos especializados com profissionais de notória especialização.
 - (D) A nulidade da licitação é decretada quando existe, no procedimento, vício de legalidade.
 - (E) O princípio da licitação sustentável não será observado pela Administração Pública direta.

99. Referente à improbidade administrativa, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Os atos de improbidade administrativa podem provocar as seguintes sanções: a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.
- (B) A Lei de Improbidade Administrativa não contempla penas privativas de liberdade.
- (C) Para caracterização do sujeito passivo da improbidade, o agente público deve estar vinculado ao poder público e necessita perceber remuneração.
- (D) Constitui-se em fase pré-processual judicial a instauração de inquérito civil pelo Ministério Público.
- (E) O Ministério Público é legitimado ativo para propor ação de improbidade administrativa.

100. À luz do sistema jurídico brasileiro, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A publicidade pode ser empregada como instrumento de propaganda pessoal dos agentes públicos.
- (B) A Lei de Acesso à informação pública (Lei nº 12.527/2011) prevê a publicidade como regra, mas admite exceções quando houver: ofensa à intimidade ou privacidade do titular da informação ou quando for indispensável à segurança da sociedade e do Estado.
- (C) O tombamento incide sobre bens móveis e imóveis.
- (D) A desapropriação-confisco (conforme denominação doutrinária) tem como pressupostos: cultura ilegal de substância psicotrópica ou exploração de trabalho escravo na propriedade rural ou urbana.
- (E) O município tem competência privativa para promover a desapropriação urbanística sancionatória.

ERRATA

Instrução: A questão número **73** da matéria de DIREITO EMPRESARIAL do Caderno de Questões, **NÃO** deve ser considerada e deve ser substituída pela questão abaixo:

73. As consolidações processual e substancial foram inseridas formalmente na Lei de Recuperação de Empresas e Falência (Lei 11.101/2005) através da Lei 14.112/2020. Em relação ao tema, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) os documentos exigidos no art. 51 da Lei 11.101/2005, nos casos em que couber litisconsórcio processual, devem ser apresentados individualmente por cada devedor.
- (B) a consolidação substancial pode ser determinada pelo magistrado, independentemente de concordância dos credores submetidos ao procedimento.
- (C) a consolidação processual não impede que alguns devedores obtenham a concessão da recuperação judicial e que outros tenham a falência decretada.
- (D) a consolidação substancial importa em tratamento unificado de ativos e passivos dos devedores submetidos a este instituto.
- (E) a consolidação processual exige a ocorrência de confusão patrimonial grave entre devedores submetidos ao procedimento recuperatório para a sua incidência.